

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**POLÍTICAS IDENTITÁRIAS E DE CONJUGALIDADES:  
AGENCIAMENTOS NA GALERIA LGBTT DO PRESÍDIO CENTRAL  
DE PORTO ALEGRE**

**GABRIELA BAPTISTA SILVA**

**Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Psicologia da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Mestre em  
Psicologia.**

**Porto Alegre**

**Janeiro, 2017**

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**POLÍTICAS IDENTITÁRIAS E DE CONJUGALIDADES:  
AGENCIAMENTOS NA GALERIA LGBTT DO PRESÍDIO CENTRAL  
DE PORTO ALEGRE**

**GABRIELA BAPTISTA SILVA**

ORIENTADOR: Profº Dr. Adolfo Plizzinato

Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social.

**Porto Alegre  
Janeiro, 2017**

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**POLÍTICAS IDENTITÁRIAS E DE CONJUGALIDADES:  
AGENCIAMENTOS NA GALERIA LGBTT DO PRESÍDIO CENTRAL  
DE PORTO ALEGRE**

COMISSÃO EXAMINADORA

MARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PAULA SANDRINE MACHADO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ADOLFO PIZZINATO  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ORIENTADOR

Porto Alegre  
Janeiro, 2017

## AGRADECIMENTOS

Início com a base de tudo, agradecendo aos meus pais José Luiz e Clara Sofia, pelo amor maior e verdadeiro. Meus pais que sempre incentivaram a ter um olhar crítico sobre as desigualdades e injustiças do mundo. Os dois me proporcionaram desde muito cedo, em casa, as primeiras vivências de desconstruções de conceitos estereotipados sobre relações de gênero. A mãe, com sua força e fúria, alma de guerreira. O pai com sua tranquilidade e sensibilidade, alma de artista. A vocês dois dedico todo o meu amor e gratidão!

À minha irmã Cida, um encontro de almas!!! Gratidão pelo vínculo genuíno, pela parceria de vida e por nunca ter desistido de mim!!!

Meu orientador Adolfo Pizzinato, grata por ter aceitado me orientar e por ter tornado possível a materialização de um sonho. Muitas vezes eu precisei buscar em ti – e encontrei – o acolhimento necessário para seguir adiante. Tuas devoluções certeiras e cuidadosas dizem de um profissional, professor e psicólogo admirável! Grata por me deixar saber que produções científicas também acontecem em ambientes onde circulam afetos e afetações, sem perder o rigor necessário. Grata por tu me apresentares um ambiente de trabalho onde as relações se dão de forma horizontal, onde se valoriza a diversidade e onde todos os saberes se complementam como grupo de pesquisa. Grata pela paciência, pela leveza e pelos ensinamentos.

Cristiano Hamann, tu és luz!!! Obrigada por compartilhar, generosamente, teu conhecimento, tua sabedoria e tua força de trabalho. Grata por teu auxílio genuíno e pelas palavras de tranquilidade quando o desespero estava tomando conta. Tua colaboração foi fundamental neste processo! Gratidão!!!

Roberta e Pamela, que belo encontro!!! Vocês foram as melhores produções desse mestrado!!! Nossas resenhas – curtas, porém intensas – são dignas de serem publicadas nas melhores revistas da vida! Gratidão pelas boas risadas, pelas conversas, pelo apoio e, mais do que tudo, gratidão pela amizade preciosa de vocês!

Felix querido, obrigada pelo carinho e pelas conversas e confidências que trocamos nos longos almoços de terça-feira!

Gratidão aos colegas dos grupos de pesquisa INCP e PSC da PUCRS!

Não poderia deixar de agradecer aos meus queridos colegas de trabalho do Centro Universitário IPA Metodista, pessoas geniais com as quais tenho o privilégio de conviver.

Em especial, gratidão imensa a Cristiane Felipe! Colega de IPA e amiga de VIDA. Mulher guerreira e psicóloga incrível que me inspira tanto! Que tem me acompanhado carinhosamente nesta jornada trazendo respiros ao meu cotidiano. Tem uma parte tua aqui nesta produção, amiga, pode ter certeza!

Ao Leandro Feix!!! Primeira pessoa a quem comuniquei meu desejo de entrar no mestrado. Naquele momento, o apoio que recebi de ti, certamente, transcendeu tua posição de gestor e eu me vi diante de um amigo! A confiança e acolhida transmitidas no olhar foram decisivas para acalantar minhas dúvidas e incertezas, aliás, como tem sido em outros momentos. Além disso, foi muito importante tua compreensão nos períodos difíceis que refletiam no ambiente de trabalho. Então, Leandro, eu aproveito esta oportunidade para te agradecer imensamente e manifestar todo o carinho, admiração e respeito que tenho por ti. Ah, e, 'diga-se de passagem', a carta de recomendação também fez toda a diferença! Obrigada!

Gustavo Passos e Guilherme Ferreira, vocês são brilhantes!!!! Muita gratidão pelos momentos de trabalho, nos quais compartilhamos conhecimentos e saberes. Vocês me incentivaram muito e foram grandes inspiradores neste processo todo!!!! Que privilégio ter vocês na minha vida!!!

Rachel Rubin e Fabiana Martini, quando um dia eu tive dúvida sobre a existência de anjos, a vida me apresentou vocês!!! Sem o suporte e o acalento que encontro na nossa amizade, nada disso seria possível. Amor e gratidão por vocês duas, sempre!!!!

Agradeço à CAPES, pelo investimento financeiro na produção de conhecimento. Destaco, aqui, que como meu ingresso no programa federal de bolsas de estudo se deu em início de 2015, eu estendo meus agradecimentos à gestão do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, a quem eu reconheço como representante eleita democraticamente neste País.

Às Professoras Paula Sandrine e Juracy Toneli, grata pelas colaborações geniais e por estarem comigo neste início de caminhada.

Agradeço à equipe da SUSEPE e BRIGADA MILITAR pela colaboração.

Aos meus companheiros felinos, Paloma e Polônio, que me fizeram companhia em noites solitárias de estudos. A preta e o branco – como *yin e yang* – para me fazerem lembrar que a sensibilidade e a força do feminino e do masculino são potências complementares que coabitam dentro de mim.

Por fim, porém de importância maior, meus profundos agradecimentos à ONG Iguade RS e a Marcelly Malta!!!! Gratidão por teus ensinamentos como “professora pós-graduada na escola da vida”, como já brincamos um dia. Tua sabedoria é preciosa, assim como a história que tu construístes com tua força de luta. Gratidão pelas oportunidades de crescimento e, principalmente, por tu teres ampliado minha perspectiva do que é “ser mulher”!!!! Grata por tu teres me apresentado um mundo plural, diverso e, acima de tudo, potente em energia de vida!

Com muito carinho, amor e admiração, dedico este trabalho a ti, Marcelly.

**Senhas, Adriana Calcanhoto.**

*“Eu não gosto do bom gosto*

*Eu não gosto de bom senso*

*Eu não gosto dos bons modos*

*Não gosto.*

*Eu aguento até rigores*

*Eu não tenho pena dos traídos*

*Eu hospedo infratores e banidos*

*Eu respeito conveniências*

*Eu não ligo pra conchavos*

*Eu suporto aparências*

*Eu não gosto de maus tratos*

*Mas o que eu não gosto é do bom gosto*

*Eu não gosto de bom senso*

*Eu não gosto dos bons modos*

*Não gosto*

*Eu aguento até os modernos*

*E seus segundos cadernos*

*Eu aguento até os caretas*

*E suas verdades perfeitas*

*O que eu não gosto é do bom gosto*

*Eu não gosto de bom senso*

*Eu não gosto dos bons modos*

*Não gosto*

*Eu aguento até os estetas*

*Eu não julgo competência*

*Eu não ligo pra etiqueta*

*Eu aplaudo rebeldias*

*Eu respeito tiranias*

*E compreendo piedades*

*Eu não condeno mentiras*

*Eu não condeno vaidades*

*(...)*

*Eu gosto dos que têm fome*

*Dos que morrem de vontade*

*Dos que secam de desejo*

*Dos que ardem*

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo a compreensão sobre os agenciamentos de políticas identitárias e de conjugalidades em uma ala exclusiva para pessoas travestis, companheiros de travestis, gays, bissexuais e seus companheiros, no Presídio Central de Porto Alegre. A coleta de dados dessa pesquisa se deu por meio de entrevistas individuais e de registros em diário de campo das intervenções coletivas. Utilizam-se como dimensão metodológica os pressupostos da Teoria Fundamentada e, como proposta analítica, as concepções dialógicas e as derivadas das críticas do feminismo negro estadunidense sob uma perspectiva interseccional. Através destes aportes teóricos propõe-se uma compreensão das formas estratégicas de agenciamento de si no território carcerário engendradas por pessoas em detenção nesta galeria, abordando políticas de conjugalidade, refletindo sobre as formas de experienciar sexualidade e gênero no contexto prisional em uma perspectiva dialógica.

**Palavras-Chave:** *Políticas identitárias, Conjugalidades, Prisão, Sexualidade, Gênero.*

**Área conforme classificação CNPq:** 7.07.00.00-1 - Psicologia

**Sub-área conforme classificação CNPq:** 7.07.05.00-3 - Psicologia Social

## **ABSTRACT**

The purpose of this study is to understand the identity and conjugal policies in an exclusive wing for transvestites, transgender, gays and bisexuals in the Central Prison of Porto Alegre. The data collection of this research was done through individual interviews and records of collective interventions in field diaries. The assumptions of the Grounded Theory and, as an analytical proposal, the conceptions derived from the American black feminism from the intersectional perspective are used as methodological dimension. Through this theoretical contribution is proposed an understanding of the strategic forms of agency in the prison territory engendered by persons in detention in this gallery. In addition to addressing the policies of conjugality, it is sought to reflect on the ways of experiencing sexuality and gender in the prison context from a dialogical identity perspective.

**Key-words:** *Identity Policies, Conjugalality, Sexuality, Gender.*

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>4</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>8</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>9</b>
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

A temática proposta por esta pesquisa foi pensada a partir de questionamentos decorrentes do meu trabalho como psicóloga na Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul – Igualdade RS, que vem sendo um desafio importante em minha trajetória profissional. Essa experiência iniciou-se em outubro de 2012, quando fui contratada para ocupar um cargo técnico na Clínica Escola de Psicologia do Centro Universitário Instituto de Porto Alegre Metodista. Nesse mesmo período, entre outras atribuições, passei a ser responsável por um dos projetos sociais vinculados ao serviço, o qual se constitui em um convênio entre a ONG Igualdade-RS e a Faculdade de Psicologia do IPA. O objetivo dessa parceria é prestar assessoria institucional à ONG, intervindo essencialmente nas áreas de saúde, direitos humanos e políticas públicas.

A Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul – Igualdade RS, foi fundada em 1999, no momento em que se identificou a importância de desvincular o serviço de prevenção e promoção de saúde do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids do Rio Grande do Sul – GAPA (Böer, 2003). Na ocasião constatou-se a necessidade de as travestis e transexuais serem atendidas em suas especificidades, assumindo, assim, maior protagonismo na luta por direitos igualitários para além da relação com as políticas e ações de prevenção à contaminação por HIV (Carvalho e Carrara, 2013).

Quanto ao trabalho desenvolvido pela ONG Igualdade no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), este teve como objetivo inicial atender a uma série de denúncias referentes às violações de direitos dentro do sistema prisional, especialmente em relação ao grupo de pessoas travestis. Após algumas visitas ao PCPA, realizadas por representantes da ONG, foi constatado que a história de intenso sofrimento causado pelo preconceito e discriminação contra travestis, tanto na esfera pública quanto na privada, era reproduzida e intensificada em várias dimensões da vida na prisão. Além disso, foi possível identificar que companheiros de travestis também estavam sendo vítimas de violências brutais, de ordem física, sexual, psicológica e institucional (Ferreira, 2015; Passos, 2014).

A partir de um levantamento de informações e de negociações, no ano de 2011, a ONG Igualdade iniciou um trabalho junto às travestis em cumprimento de pena em regime fechado no PCPA, visando abordar aspectos de promoção e

prevenção em saúde, garantia de direitos, proteção e cidadania. O projeto foi implementado de forma articulada com a Direção do Presídio, que hoje é composta por Oficiais da Brigada Militar, com a direção do Departamento de Tratamento Penal da SUSEPE (Superintendência de Serviços Penitenciários), contando com o apoio da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2012, então, foi possível concretizar uma das principais estratégias pensadas como medida protetiva para as travestis apenadas: a criação da “Terceira do H”, uma ala destinada exclusivamente às travestis, dentro do Presídio Central de Porto Alegre. Gradualmente também começaram a ser acolhidos homens que se relacionam com travestis dentro ou fora do sistema prisional e homens identificados como homossexuais, o que também foi gerando uma série de mudanças políticas nas relações da Galeria com o PCPA e, especialmente dentro da Galeria, como retratam muitas das entrevistas realizadas no decorrer desta pesquisa.

A inserção da ONG Igualdade no PCPA passou a contar com a colaboração de uma equipe técnica interdisciplinar composta por profissionais da Psicologia, do Serviço Social, do Direito e da Educação. As propostas de intervenções foram desenvolvidas para serem executadas quinzenalmente por meio de oficinas coletivas, abordando temáticas variadas. As intervenções estavam previstas no projeto social, visando atender às necessidades do grupo, bem como aos encaminhamentos de demandas à equipe técnica da SUSEPE. Essas ações tinham por objetivo, inicialmente, proporcionar um ambiente seguro, onde travestis e seus companheiros pudessem cumprir suas penas de forma protegida contra inúmeras violações em espaços compartilhados com outros detentos. O projeto social estava pautado na busca por garantia de direitos humanos sob o princípio da dignidade humana.

Desse processo de inserção da ONG e, especialmente de meu processo de inserção em um campo tão complexo, surge a necessidade de repensar esse campo, como um espaço de agenciamento no marco da Psicologia Social e dos Estudos de Gênero. Portanto, o presente estudo se propõe a implicar-se com e nas reflexões sobre gênero e sexualidade desde uma perspectiva de construção social, cultural e linguística, bem como os efeitos que se estabelecem nas relações de poder e nos diversos marcadores. Assim, como norteadores teóricos, este estudo parte-se de conceituações de gênero não estáticas em sua definição, ou seja,

considera-se gênero como um processo transitivo e provisório de construção identitária através de um campo relacional, contextualizado histórica e socialmente (Meyer, 2004; Louro 2003).

Esta dissertação é, portanto, uma tentativa (diria até mesmo egoísta), de tentar dar sentido para vivências que marcaram minha história de vida, para além da trajetória profissional. O tempo desta pesquisa transcende o tempo exigido no processo formal de formação acadêmica em nível de mestrado neste programa e, portanto, sinto-me ainda em dívida com minha própria pesquisa e seu tempo. Esta produção conta com pelo menos quatro anos de relação com a temática escolhida para trabalhar e sinto que este registro formal está longe de resgatar a totalidade da experiência no campo. Assim, desde já elaboro o pesar de não ter tido (meu) tempo necessário para significar tudo o que vivi no transcurso prévio e posterior à pesquisa.

A partir dessa reflexão, resgato em minha memória um dos meus primeiros contatos com a Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul – Igualdade RS. Naquele momento inicial, em que eu me encontrava tateando cuidadosamente o território, ainda desconhecido por mim, fui interpelada pela narrativa de uma travesti que contava, em tom de brincadeira, o fato de uma amiga ter realizado cirurgia de histerctomia: "*Eu tenho problemas psicológicos, porque eu pedi o útero dela de presente. É o útero que eu quero, entende?*". Sim! Foi possível entender que o *chiste* estava cumprindo sua função de me comunicar algo para além do que as palavras verbalizavam. A intensidade visceral com a qual aquela fala me foi introjetada provocou um desconforto que poderia ser comparado a uma cólica, como se fosse a anúnciação da existência de um órgão reprodutor interno que eu "tenho" e que ela, a travesti, "desejava ter": o útero. Essa situação também resgata algo que muitas vezes parece obviado e naturalizado em relações de negação ou essencialidade: o corpo e suas implicações.

Sem ter qualquer participação anterior em movimentos sociais, sem nunca ter me dedicado profundamente aos estudos feministas até então, a convivência com as travestis me provocou o questionamento sobre o que me "tornaria mulher." Do meu ponto de vista, não poderia negar o fato de nunca ter sido confrontada sobre a legitimidade de minha feminilidade a partir do meu corpo, materializado e apresentado socialmente. Eu nunca havia sido questionada sobre a existência do meu útero ou sobre sua funcionalidade. Ou seja, sem precisar pensar

e, aparentemente, sem fazer qualquer esforço, eu me reconheço e sou reconhecida como mulher. Da mesma forma, me considerava “livre de preconceitos” sobre tais questões abordadas. Entretanto, essa experiência me defronta com a dúvida sobre o que estaria marcando a diferença entre eu e a travesti que fez tal declaração. O que estava sendo posto como norma e de que maneira? Indo mais além das reflexões, a dúvida seguia. Então, se minha identificação de gênero não é determinada por condições biológicas: “o que me tornaria mulher”?

Ao me questionar isso, automaticamente me lembrei de Simone Beauvoir (1970) em sua clássica obra “*O Segundo Sexo*”, escrita ainda nos anos 1940, que já trazia à discussão as condicionalidades sociais atreladas ao “ser mulher”. A autora afirma que, historicamente, a subjetividade feminina é reduzida ao efeito de sua natureza biológica. Beauvoir propõe uma crítica à existência subjugada da mulher em relação ao homem, como um “negativo” da “matriz absoluta”, ou seja, nesse caso a mulher seria “o outro” que existe apenas em contraposição ao homem.

Essa compreensão propôs uma visão histórica de identidades sexuais e de gênero, as quais em perspectiva essencialista eram diretamente associadas ao corpo biológico. Não somente atribuindo o (des)valor da mulher na sociedade, mas também essa vertente naturalista fundamenta, ainda hoje, a normalização de identidades de gênero dita “saudável”, ou seja, aquela que corresponde ao órgão genital com o qual se nasce, atraindo-se sexualmente somente pelo sexo oposto.

A experiência em uma instituição que trabalha exclusivamente com travestis e mulheres transexuais trouxe a desacomodação de muitas das 'verdades' que habitavam em mim de forma categorizada e, ilusoriamente, organizada. Essa desordem causou uma vertigem acompanhada de um sentimento de libertação ao ampliar meu campo de visão sobre o “ser mulher”. Essa amplitude abrange aspectos relacionais, para além de gênero, como corpo, sexo, amor e afeto, transcendendo a muitas das invenções sociais institucionalizadas, construídas com objetivo de privilegiar alguns e não outros como sujeitos de direitos.

Nessa direção, considero relevante compartilhar outras experiências que fazem parte desse processo de construção de conhecimento. Em meio a tantos questionamentos e impasses, remeto-me a outra cena, no dia 29 de janeiro de 2014, “*Dia da visibilidade trans*”. A ONG Igualdade organizou uma ação coletiva na Esquina Democrática em Porto Alegre, visando divulgar informações sobre saúde, direitos e cidadania à população de travestis e transexuais, bem como à comunidade

em geral. Era um dia de verão, o centro da cidade estava movimentado e cumpríamos o objetivo de chamar a atenção para a visibilidade trans. Nessa ocasião, eu estava vestindo uma camiseta de uma das campanhas da ONG Igualdade-RS que apresenta o seguinte *slogan*: "*Sou Travesti e tenho direito de ser quem eu sou*". Passado algum tempo de ação, fui abordada por uma pessoa que me solicitou folhetos informativos e, após alguns questionamentos curiosos, essa pessoa baixou o olhar para região de minha genitália e seguiu com a pergunta: "*Tu já fizeste a cirurgia?*". Sua pergunta dizia respeito à cirurgia de redesignação sexual. Não respondi. Segurei o impulso inicial de saciar a curiosidade alheia e, com sorriso silencioso, dei lugar à dúvida. Da minha parte eu percebia que, se respondesse ao questionamento, a constituição do meu corpo poderia marcar uma posição identitária categorizada socialmente de forma essencialista, fixa e imutável. Assim, permaneci no lugar da incerteza, sem que a enunciação de meu órgão genital definisse ou interferisse na legitimidade do ativismo social e político ao qual eu estava implicada. Não responder foi a forma que encontrei para que minha intervenção reverberasse em quem estava me questionando, produzindo, assim, uma desconstrução de verdades categóricas sobre sexualidade e gênero. Por outro lado, penso que talvez essa experiência na militância tenha produzido mais reverberações em mim, o que justificaria meu movimento de dar continuidade a esse trabalho.

Ao abordar o campo das identidades de gênero e sexualidades, se assume que a constituição da diferença se dá sempre baseada em um centro como referência de normalidade, posicionando na margem quem não corresponde às normas. Portanto, é a norma que está posta no centro e é dada como natural que deve ser questionada, discutida, duvidada (Louro, 2008)

As turbulências internas foram muitas e seguem ecoando em mim quando estou trabalhando com a população de travestis e transexuais. Muitas vezes hesitei em falar sobre temáticas afins, justamente por não conseguir sair de uma posição paralisada frente ao impasse entre o falar com as travestis e não por elas. A verdade é que eu precisava falar sobre essa experiência, mas antes precisava ouvir o que pessoas travestis e transexuais dizem sobre suas próprias vivências, no caso desta pesquisa, particularmente, as vivências de relações na prisão. Portanto, parti da perspectiva de que toda produção de conhecimento é intencional e direcionada e, assim, este estudo compreende que minha posição de pesquisadora – mulher,

cisgênero, branca (entre outros maracadores) – me situa em um lugar que também produz interpretações sempre parciais sobre os fenômenos os quais estou analisando (Haraway, 1995).

Considerar a transitoriedade do conceito de gênero é entender que a constituição de identificações sexuais e de gênero são construtos instáveis, voláteis e mutáveis. Assim, pode-se afirmar que não há uma única forma de se identificar como mulher, bem como não há ideia de oposição entre os conceitos de masculino e feminino. Entende-se, pois, que a identidade se constrói e é construída como processo de negociação estratégica na vida das pessoas (Briztman, 1997; Meyer, 2004).

Nesse sentido, quando se aborda o processo desconstrutivo da noção dicotômica de relações de gênero, significa conceber a ideia de que as relações de poder entre os sujeitos é composta por uma pluralidade de marcadores, como raça, etnia, religião, classe social. Segundo Guacira Louro (2003) a compreensão de identidades sexuais e de gênero pode assumir que a constituição da diferença se dá sempre baseada em um centro como referência, posicionando à margem quem não corresponde às normas. Portanto, é a norma que está posta no centro e dada como natural que deve ser questionada, discutida, duvidada. Afinal se todos os sujeitos são constituídos socialmente, é necessário um questionamento sobre nossas próprias crenças e convicções.

Neste projeto de pesquisa, se assumiu a operacionalidade das identificações de gênero, tendo como referência central a identidade travesti, e, no decorrer da trajetória de pesquisa, os direcionamentos foram apontando para caminhos diversos. Para introduzir essa discussão, trago de antemão o fato de que o espaço implementado no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) para a população de travestis e seus companheiros, inicialmente, ficou conhecido como "Galeria das Travestis". Atualmente não se chama mais assim. A galeria passa a ser reconhecida como um espaço LGBTT e é chamada somente por "3ª do H". Visando a uma melhor compreensão do processo de pesquisa, sigo com uma breve descrição sobre o contexto do Presídio Central de Porto Alegre, onde se situa a galeria LBGTT.

A *Casa de Prisão Provisória*, que posteriormente converteu-se no PCPA, foi fundada em 1959 com o objetivo de deter em regime fechado, de forma não definitiva, homens presos em flagrante e que aguardariam o julgamento de seus

processos penais (Salin, 2008). Atualmente, conhecido como Presídio Central de Porto Alegre, apresenta uma capacidade de engenharia para receber 1824 detentos, sendo a atual população carcerária de 4240, entre presos definitivos e provisórios (INFOPEN, 2016).

O sistema penitenciário no Estado do Rio Grande do Sul é gerenciado pela Superintendência de Serviços Penitenciários – SUSEPE. Entretanto, a direção do PCPA é de competência da Polícia Militar, desde 1995, depois de ocorridos de rebeliões e conflitos, quando foram constatadas falhas na gestão da SUSEPE (Salin, 2008). A partir desses eventos, uma das estratégias de segurança adotadas pela Brigada Militar foi de legitimar um representante para cada galeria, hoje chamado de “Prefeito” ou “Plantão”. Essa ação segue sendo aplicada nos dias de hoje e é embasada por discursos de proteção e controle, visto que é validada a participação ativa dos detentos no gerenciamento das galerias onde vivem.

Atualmente, a estrutura física do PCPA conta com nove pavilhões<sup>1</sup> formados por três andares cada, onde se encontram as galerias do Presídio. A organização dos detentos se dá de acordo com a composição arquitetônica, ou seja, existe uma logística que separa os detentos em espaços físicos distintos, de acordo com a qualidade dos crimes cometidos e/ou envolvimento com facções rivais (Salin, 2008).

As condições do PCPA foram descritas como precárias por uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário<sup>2</sup> no Brasil, em 2008, quando foram realizados estudos e diligências a fim de verificar a realidade do sistema penitenciário em todo o País. Em 2013, então, foi encaminhado um relatório à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual solicitou que medidas fossem tomadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, visto que, passados cinco anos, não foram constatadas melhorias na situação do PCPA. A superlotação, os prédios

---

<sup>1</sup> Enquanto cada galeria é chamada de 1ª, 2ª e 3ª, os pavilhões são denominados por letras: A, B, C, D, E, F, G H, I e J. O Pavilhão “C” foi demolido no ano de 2014 como parte inicial do projeto de desativação total do presídio devido às condições precárias, mas, após a referida demolição, o procedimento foi suspenso.

<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdOrigem/1/IdMateria/298879/language/pt-BR/Default.aspx>

em ruínas, os fios elétricos expostos, a falta de condições mínimas de higiene e a dificuldade de controle da segurança pelo Estado foram indicados no relatório como fatores que favorecem a proliferação de doenças, risco de incêndios, bem como o domínio de poder por facções criminosas e a reprodução de todos os tipos de violências. Considerando o princípio da dignidade humana, a denúncia acusou extrema violação de direitos dos sujeitos encarcerados por parte do Estado.

Assim, como parte da composição desse cenário sociopolítico e histórico, em 2012 foram apresentadas propostas ao Presídio Central de Porto Alegre com medidas que objetivavam atender demandas referentes às diversidades sexuais e de gênero, entre elas um espaço privativo às travestis, companheiros de travestis e homossexuais. Essa ação se deu, então, a partir de articulações de movimentos sociais representados pela ONG Igualdade-RS, SUSEPE, Brigada Militar e outros órgãos competentes. Desse modo, ao fundo do presídio, em prédios construídos mais recentemente e menos insalubres, encontra-se a “Galeria das Travestis”. Por estar situada no terceiro andar do pavilhão H, essa ala também é conhecida como “3ª do H”.

A Galeria “3ª do H” no PCPA foi registrada como a segunda ala específica em presídios masculinos no Brasil. O primeiro presídio a oferecer um espaço de proteção às travestis localiza-se no Estado de Minas Gerais, em 2009 (Passos, 2014).

Como parte desse contexto, cabe ressaltar que em abril de 2014 entrou em vigor a Resolução 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais (CNDH/LGBT), que visa orientar e normatizar o tratamento penal de toda a população LGBT que se encontra cumprindo pena em restrição de liberdade. Ao especificar as travestis e transexuais femininas, a resolução reforça também o direito das mesmas de serem chamadas pelo nome social<sup>3</sup> conforme sua identificação de gênero, bem como garante a possibilidade de uso de roupas femininas, cabelos compridos, recebimento de visita íntima e a garantia de acesso a serviços educacionais e de saúde integral oferecidos nas casas de detenções. A

---

<sup>3</sup> Resolução 12/2015: garante o uso do nome social em estabelecimentos públicos e privados de acordo com a identificação de gênero de quem apresenta <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncl-lgbt/resolucoes/resolucao-012>

normatização afirma, ainda, que travestis, transexuais e homossexuais declarados alocados em presídios masculinos devem ser acolhidos em espaços específicos, garantindo sua integridade física, desde que de acordo com a vontade manifestada pela própria pessoa detida. Além do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCND/LGBT), a Resolução 12/2015 foi assinada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP).

Quando se reconhece a implementação de uma ala para pessoas travestis e para homens que se relacionam com travestis como estratégia de segurança em um presídio masculino, é imprescindível ampliar a visão sobre as temáticas que transversalizam essa pauta de discussão. Para além dos marcadores de sexualidade e gênero, o estudo de Ferreira (2015), por exemplo, aponta que a caracterização dessa população encarcerada no PCPA é, em sua maioria, pobre, negra, com pouca escolaridade e não conta com apoio familiar.

Outro ponto relevante de descrição é que a Galeria “3ª do H” está situada no mesmo prédio onde são detidos homens acusados de cometer crimes de ordem sexual, como, por exemplo, estupradores e pedófilos (Ferreira, 2015; Passos, 2014). Essa informação já nos diz da lógica que associa a sexualidade de pessoas travestis a uma conotação criminosa e perversa. Ainda sobre a sistemática de separação das travestis e seus companheiros, sob um discurso de proteção, existem alguns impasses que implicam em outras violações, como o direito de frequentar a escola ou as alas de trabalhadores. A justificativa para proibir a circulação de travestis nas áreas compartilhadas com demais presos é que há pouca segurança para o deslocamento das próprias travestis (Ferreira, 2015; Passos, 2014).

O processo de coleta de dados para a pesquisa iniciou um ano após a interrupção do projeto social que estava sendo realizado pela ONG Igualdade no Presídio Central de Porto Alegre. Nesse retorno, simultaneamente à pesquisa, articulei uma parceria com um colega, membro colaborador da ONG Igualdade, para ofertamos outro projeto social à Galeria “3ª do H”, como ação de contrapartida dos projetos de pesquisas.

Em julho de 2016 nos deparamos com outra configuração, tanto na gestão administrativa e operacional do PCPA, quanto da própria Galeria “3ª do H”. A conjuntura política do Estado sofreu alterações a partir das eleições em 2014, o que causou dúvidas e inseguranças sobre a nova gestão do Presídio Central de Porto

Alegre (PCPA). Todavia, fomos surpreendidos com uma receptividade muito positiva por parte da Polícia Militar, responsável pela gerência da casa prisional.

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi apresentado para a equipe de assessoria técnica e para a direção do PCPA, composta por oficiais da Brigada Militar. Importante ressaltar que, nesse momento, o projeto de pesquisa já estava autorizado pelos Comitês de Ética da PUCRS e da SUSEPE. Após a autorização para a realização da pesquisa, o projeto de pesquisa foi apresentado à pessoa denominada “*plantão*”, que é responsável pela gerência da galeria onde está cumprindo pena de detenção, que aceitou a participar da pesquisa. No entanto, ainda que o processo de estudo tenha sido explicado, organizado e autorizado previamente junto às lideranças e ao grupo alocado na Galeria “3 do H”, fui surpreendida com uma recusa sem justificativa explícita na primeira entrevista agendada para a pesquisa, que seria com a pessoa do plantão. Apesar de minha preocupação sobre como se daria a continuidade do processo de pesquisa, a recusa estava sendo entendida como um ato de autonomia e de direitos de qualquer pessoa detenta.

Portanto, o material foi sendo composto inicialmente com os discursos institucionais referentes às pessoas alocadas na galeria. Como exemplo, cito que ao questionar à equipe da casa prisional sobre a razão da recusa, a resposta foi que teria havido uma briga conjugal entre a pessoa do plantão e seu “*marido*”. Nesse caso, o ocorrido foi justificado pelo humor irritadiço da pessoa do plantão, associando seu comportamento à “*TPM*” (tensão pré-menstrual): “*algumas pessoas da "3ª do H" funcionam como mulheres*” (referência de um membro da equipe operacional da Polícia Militar).

Além da recusa de participação, houve outras intercorrências no período das entrevistas individuais, como, por exemplo, a suspensão das atividades pela gestão da casa prisional, por medida de segurança. Assim, após a realização de cinco entrevistas em um período de dois meses, é que foi possível contar com a participação da pessoa responsável pela galeria (plantão) na pesquisa. Um fato que me chamou a atenção foi a necessidade de negociar com a pessoa do plantão para que as próximas entrevistas fossem realizadas com as travestis da galeria. Ou seja, até então já haviam sido entrevistadas seis pessoas escolhidas pela pessoa do plantão e nenhuma destas se identificava como travesti. Esse movimento nos diz de uma lógica do atual funcionamento da galeria sob as perspectivas de

agenciamentos políticos identitários onde a afirmação de outras possibilidades identificatórias ganhou força no espaço aberto por esse coletivo e que produz outra configuração política nas relações da galeria.

As travestis não estavam mais sendo as protagonistas neste cenário. A galeria não estava mais sendo chamada de “Galeria das Travestis”. A pessoa do plantão que representava a galeria, não se considerava travesti ou transexual. Portanto, se analisam essas questões manifestas nos discursos e nas ações. Durante a pesquisa houve relatos que justificavam que essa estratégia visava ampliar a assistência para toda a população de gays, bissexuais e transexuais e travestis, visto que anteriormente havia “privilégios” para as travestis, em razão da posição anterior de plantão era ocupada por travestis. Importante colocar que essa observação não há intenção, aqui, de fazer julgamento sobre a qualidade da atual gestão do espaço, visto que, tratando-se de sistema prisional, esse gerenciamento depende de diversos fatores para além de aspectos identitários e de gênero.

A partir desse contexto, me reporto a outra observação importante sobre a declaração de homossexualidade que deve ser assinada por detentos que desejam ser alocados na galeria 3ª do H. O documento é uma estratégia da política de segurança da casa prisional, como forma de garantir que o acesso seja apenas para travestis, transexuais e/ ou homens que se relacionem com travestis e/ou outros homens. Por outro lado, o que causou certa estranheza é o fato de que mesmo tendo assinado tal documento afirmando uma suposta homossexualidade, alguns homens alocados na “3ª do H”, que afirmavam ser companheiros de travestis, se consideram heterossexuais.

Conforme Foucault (2014) aponta a sociedade moderna articula mecanismos normalizadores para controlar e modelar a sexualidade a partir de interesses sociais e econômicos. O autor refere às categorizações de sexualidade consideradas errantes e improdutivas, estabelecendo relação de dupla incitação entre o prazer e poder, ou seja, o prazer de exercer o poder de fiscalização dos corpos e o prazer em exercer a transgressão às normas impostas como naturais (Foucault, 2014). Nesse sentido, se observa uma atualização de estratégias de controle do Estado sobre os corpos, desejos e até mesmo sobre questões identitárias no ambiente carcerário. Assim, o caminho se dá em uma direção de se pensar a economia investida nas estratégias utilizadas na prisão para legitimar a

existência de relacionamentos afetivos e/ou sexuais, os quais são enunciados através da utilização do termo “casamento”.

Utilizam-se, portanto, como dimensão metodológica, os pressupostos da Teoria Fundamentada e, como proposta analítica, as concepções provenientes do feminismo negro estadunidense sob a perspectiva interseccional. Através desse aporte teórico propõe-se uma compreensão das formas estratégicas de agenciamento no território carcerário engendrado por pessoas em detenção nesta galeria, processo que se associa a experiências de violência, afeto e resistência.

Como exigem as normas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a presente dissertação é apresentada no formato de dois artigos. O primeiro artigo é intitulado “*Negociações Identitárias em uma galeria LGBT: porosidades dialógicas em um presídio masculino*”. O objetivo desse estudo foi analisar como se dão os agenciamentos e protagonismos cotidianos de quem vive neste espaço, valendo-se da entrevista com uma pessoa da galeria que mais explicitamente marca esses processos. Para a análise deste caso, se parte de uma perspectiva de dialogicidade para compreender as experiências de sexualidade e gênero intrinsecamente relacionadas a lógicas identitárias em campo nesse espaço.

O segundo artigo é intitulado “*O “casamento” no Cárcere: potencialidades de afirmação identitária e conjugal de pessoas homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais em um presídio masculino*”. Este artigo discute as concepções de conjugação sexual e afetiva entre as pessoas da galeria e o formato de *casamento* vigente em uma galeria direcionada ao público de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais em um presídio masculino. O uso da palavra “casamento” é proposital, por ser um termo êmico que sinaliza e faz mover campos aqui compreendidos como políticos, tanto em suas dimensões identitárias como de Conjugalidade.

## REFERÊNCIAS

Beauvoir, S. (1970). *O Segundo sexo I: fatos e mitos*. Tradução e Sérgio Milliet. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Bento, B. (2010). Pouco saber para muito poder: A patologização do gênero. In: *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Organizador Fernando Pocahy; Porto Alegre: Nuances, p. 61-74.

Böer, A. (2003). *Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre*. Organizador Alexandre Böer e outros. Porto Alegre: Igualdade Associação de Travestis e Transexuais do RS.

BRASIL (2015). Comissão Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas Gays e Transexuais. *Resolução 12 de 16 de janeiro de 2015*, Brasília-DF.

BRASIL (2011). Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). *Resolução 5 de 29 de junho de 2011*, Brasília-DF.

BRASIL (2008). Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do sistema carcerário*. Câmara dos Deputados, Brasília.

Britzman, D. (1996). O que é essa coisa chamada amor: Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, Faced/UFRGS, V.21 (1), N.1, P. 71-96.

Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Carvalho M. e Carrara, S. (2013). Em direção a um futura Trans: Contribuições para história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidade, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, n14, p. 319-351.

Ferreira, G. (2015). *Travesti e prisões: a experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil*. Curitiba, Multideia

Foucault, M. (2014). *A História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e A. Guilhaon Albuquerque. 1ª ed. – São Paulo/SP, Paz & Terra.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, v. 5, n. 5, p. 41.

Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. 6 ed. Petrópolis: Vozes

Meyer, D. (2004). Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF) 2004 jan/fev;57(1):13-8.

Passos, G. (2014). *Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais de sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado, UFRGS/FACED.

Salin, V. (2008). *As facções e os grupos de segurança do Presídio Central de Porto Alegre: relações em um sistema social complexo*. Dissertação

(Mestrado) Programa de Pós Graduação em Psicologia PUCRS, Porto Alegre.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou, em sua aproximação ao sistema prisional, analisar arranjos identitários e conjugais possíveis de serem vivenciados por pessoas detidas em uma ala específica para população gay, bissexual, de travestis, e seus companheiros, no Presídio Central de Porto Alegre. A partir dos diários de campo e das entrevistas realizadas, se delimitou um campo analítico para aspectos-chave do exercício de poder institucional, bem como de relações políticas em outros níveis presentes nesse contexto.

A discussão sobre o campo das conjugalidades partiu da utilização dos termos ênicos, centralizada pelo termo "casamento", visto ser a estratégia discursiva que atualiza a forma de legitimação de relacionamentos afetivos e/ou sexuais entre casais na galeria nomeada "3ª do H". O "casamento", assim como os termos "marido", "bicha" foram tratados e significados dentro do léxico que expressa as políticas e negociações nas formas de viver suas identificações de gênero e sexualidade – particularmente na prisão e, em especial em uma galeria destinada para a população GBT. Dessa maneira, não se buscou nenhuma definição categórica dos aspectos identitários para além daquele contexto.

Considerando a forma como boa parte das pessoas se apresentou nas entrevistas, a tentação de uma categorização de fixidez identitária é grande. As pessoas se apresentavam, inicialmente, nesses termos e narravam uma organização de si coerente com um emprego altamente identificado com essas identidades, às vezes essencialidades, inclusive. Mas, com o transcorrer das entrevistas, e, quando o mapa político se desdobrava, menos firme esse panorama se apresentava e mais negociadas, estratégicas e situadas as configurações identitárias se configuravam nas narrativas.

Ser travesti ou gay não representava essencialmente uma condição estável, constante ou linear. Entendendo o contexto (hiper)identitário da Galeria como um campo histórico, portanto mutável, compreende-se que envolve processos de fratura e articulação, dando ensejo para manifestações de sexualidade e gênero que não se fazem fora do potencial performativo da própria linguagem e, particularmente do léxico da "3H". Assim, leva-se em conta que, através do aporte teórico utilizado para análise, se propôs uma compreensão dos agenciamentos estratégicos das relações, compondo assim um panorama das experiências de protagonismos cotidianos através dos modos como a sexualidade e as identificações de gênero vão sendo articuladas dialogicamente no contexto prisional.

Da mesma forma, se observa como o casamento é vivenciado como lógica de controle, ao passo que também é uma estratégia de resistência. Essa conjugação de vidas na prisão, ainda que ao mesmo tempo identificadas e transgressoras dos modelos conjugais fora dela, possibilitam formas de resistência externas à Galeria, pois promovem laços afetivos revolucionários diante de histórias de vida e de uma organização prisional permeada por violências vinculadas a discursos machistas, sexistas, hetero e cisnormativos, e resistências internas à Galeria 3ª do H, já que possibilitam uma força outra diante da verticalidade das figuras institucionais